

# ESTRUTURA DA LÍNGUA PORTUGUÊSA

---

JOAQUIM MATTOSO CAMARA JR.

4ª edição



EDITORA VOZES LIMITADA  
Petrópolis, RJ  
1973

e seus companheiros do Círculo Lingüístico de Praga popularizaram com o nome de «arquifonema» («simbolizado pelo fonema não-marcado» de uma oposição) (Vachek 1960, 18). A sua representação convencional em transcrição fonêmica é pela letra do fonema não-marcado em maiúscula; no nosso caso /S/.

E' também como arquifonema nasal (só marcado pela ressonância nasal e não pelas modalidades do embaraço na bôca) o elemento consonântico nasal posvocálico, que, como já aludimos, convém posular fonêmicamente nas chamadas vogais nasais portuguesas, cuja transcrição fonêmica fica, pois, /aN/, /eN/, /iN/, /oN/, /uN/.

Nessas condições, podemos agora levantar o quadro das consoantes portuguesas em posição posvocálica:

/S/    /N/    (/I/)    /r/

No capítulo seguinte, sôbre as estruturas da sílaba portuguesa, apreciaremos de espaço a distribuição dos fonemas assilábicos, marginais da sílaba (vogais assilábicas e consoantes) em volta do centro da sílaba ou vogal silábica.

## VI

### As Estruturas da Sílaba em Português

**24** COMO JÁ OBSERVEI alhures, a sílaba é uma divisão espontânea e profundamente sentida, na segunda articulação. Os seus tipos de estrutura marcam caracteristicamente as línguas. Não é, a bem dizer, o fonema, mas a sílaba que é «a estrutura fonêmica elementar» (Jakobson 1967, 133).

Do ponto de vista fonético, entretanto, tem sido um árduo problema definir a sílaba. Tem-se partido do efeito auditivo (sílaba sonora), da força expiratória (sílaba dinâmica), do encadeamento articulatório na produção contínua dos sons vocais (sílaba articulatória, descrita por Saussure numa parte importante do seu *Curso*) (Saussure 1922, 77 ss), da tensão muscular durante essa série de articulações (sílaba intensiva, desenvolvida por Grammont, na base implícita das sugestões de Paul Passy, para complementar a teoria articulatória de Saussure) (Grammont 1933, 97 ss) ou do jôgo da musculatura peitoral, como estabeleceu Stetson numa elaboração mais rigorosa do conceito de sílaba dinâmica (Stetson 1951).

De todos êsses pontos de vista, resulta como denominador comum um movimento de ascensão, ou crescente, culminando num ápice (o centro silábico) e seguido de um movimento de decrescente, quer se trate do efeito auditivo, da força expiratória ou da tensão muscular, focalizados nessas diversas teorias. Por isso é normalmente a vogal, como o som vocal mais sonoro, de maior força expiratória, de articulação mais aberta e de mais firme tensão muscular, que funciona em tôdas as línguas como centro de sílaba, embora algumas consoantes, particularmente as que chamamos «sonantes», não estejam necessariamente excluídas dessa posição.

A estrutura da sílaba depende dêsse centro, ou ápice, e do possível aparecimento da fase crescente, ou da fase decrescente, ou de uma e outra em volta dêle, ou seja, nas suas margens ou encostas.

Se chamarmos simbôlicamente V o centro da sílaba e C um elemento marginal, teremos os tipos silábicos: V (sílaba simples),

CV (sílabo complexo crescente), VC (sílabo complexo crescente-decrescente). Conforme a ausência ou a presença (isto é, V e CV, de um lado, e, de outro lado, VC e CVC), temos a sílabo aberta, ou melhor, livre, e a sílabo fechada, ou melhor, travada.

Em português, a vibrante /r/, a lateral /l/ (em regra um alofone posicional posterior), o arquifonema fricativo labial /S/ e o arquifonema nasal N (nas chamadas vogais nasais) é que funcionam na parte decrescente da sílabo. Um desses elementos seguido de outra consoante que não seja a constritiva dental /S/, marca o término de uma sílabo decrescente; ex.: *par-te*, *pers-pe-ti-va*, *sól-to*, *sols-ti-ci-o*, *pas-ta*, *can-to*. Já sabemos, por outro lado, que há em português, como alofones assilábicos, as vogais altas /i/ e /u/ (*pei-to*, *pau-ta*). Se êles funcionam como C, são não obstante de natureza V e surge o problema de representar tais sílabas como CVC ou CVV. E' muito mais do que uma mera questão de alternativa de representação. Em (C)VC pressupõe-se uma sílabo travada, enquanto que em (C)VV está contido o conceito de sílabo livre (donde a possibilidade, como já vimos, de um /r'/ brando entre ela e outra vogal, como em *aurora*, *européu*).

Em outros termos, a vogal assilábica se interpreta no primeiro caso como fase decrescente de sílabo, mas no primeiro caso como modificação final do seu centro. A facilidade com que se passa em português de um ditongo a um monotongo (/ou/ pronunciado /ô/, por exemplo, fora do registro formal mesmo dentro do dialeto social dito «culto») e a variação livre da divisão silábica na seqüência átona de qualquer vogal e vogal alta (*vai-da-de* ou *va-i-i-da-de*), ou mesmo a fácil passagem de /i/ assilábico a /ê/ e /u/ assilábico a /ô/ (como no vocativo infantil *papaê!*) justificam a segunda solução. Só se pode alegar em favor da primeira solução a relutância (entretanto não absoluta) à «sinérese», isto é, à contagem como uma só sílabo métrica de um ditongo seguido de outra vogal (ex.: *cai-a-do*, de preferência a *caia-do*). Isto quanto ao ditongo chamado «decrescente», em que a vogal assilábica vem depois da vogal silábica. Para o ditongo crescente, de disposição inversa, a situação é muito mais clara. Aí, a variação livre entre ditongo e duas sílabas de vogais contíguas (*su-ar* ou *suar*, *sua-a-dor* ou *sua-dor*, por exemplo) é a situação geral.

A interpretação da vogal assilábica como V, na parte terminal do centro silábico, apenas determina um pequeno problema de transcrição fonêmica. Como distinguir em *peito* ou *pauta*, por exemplo, um dissílabo, e não um trissílabo, na transcrição /peitu/, /pauta/, correspondente a CVVCV, sempre? A solução me parece estar no caráter de emissão reduzida, que é um traço acompanhante da vogal assilábica. Por isso, a vogal assilábica também é chamada com

razão semivogal, ou seja, uma vogal pela metade. Partindo-se dessa consideração, é bastante indicar a vogal assilábica por uma letra exponencial, isto é, em nível superior ao da vogal silábica (ex.: /pe<sup>u</sup>tu/, /pa<sup>u</sup>ta/).

**25** Outro problema, singularmente sério para a descrição da estrutura silábica em português, é decidir se realmente temos ditongos em nossa língua. Em outros termos, se fonemicamente a seqüência, considerada em regra ditongo, não pode ser interpretada sempre como «hiato», ou seja, duas vogais silábicas contíguas.

A solução só pode estar na existência, ou não, de pares opositivos nesse sentido em português.

As nossas gramáticas costumam opor para isso pares como *sai* (3ª pessoa singular do indicativo presente de *sair*) e *sai* (1ª pessoa singular do pretérito perfeito), e assim por diante. Mas é claro que não se trata em tais casos de pares opositivos mínimos. A diferença está em vogal tônica seguida de vogal átona (*sai*, *pais*, pl. de *pai*) e vogal átona seguida de vogal tônica (*sai*, pret., *pais* «região»). A seqüência acentual tem de ser a mesma para os dois membros do par.

Foi o que sentiu Gonçalves Viana, quando, numa implícita antecipação fonêmica, opôs *Deus* /dê<sup>u</sup>s/ a *dê-os* /dê<sup>u</sup>s/ (Viana 1904, 131). No dialeto da área do Rio de Janeiro, que é a base da nossa descrição, há também casos como *rio* /riu/ (substantivo ou 1ª pessoa singular do indicativo presente de *rir*) e *riu* /ri<sup>u</sup>/ (3ª pessoa singular do pretérito perfeito). Pode-se ainda alegar uma distinção, a meu ver posta em dúvida sem razão pelo professor Francis Rogers (Rogers 1954, 505),<sup>1</sup> entre o subjuntivo presente da 1ª conjugação (ex.: *arrue* /arrui/, de *arruar*) e o indicativo presente dos verbos da 3ª conjugação em *-uir* (cf. a oposição parcial *atue: constitui*) e um nome próprio como *Rui* (cf.: *arrue* /arui/ versus ... a *Rui* /aru<sup>i</sup>/).

A essa luz, podemos afirmar que o ditongo, inegável em certas áreas como o Rio de Janeiro, não é um traço fonêmico geral do português e falta em outras áreas, como Lisboa, em Portugal, e o Rio Grande do Sul, no Brasil. E' um aspecto precário da língua portuguesa, como me disse em conversa a lingüista norte-americana Sarah Gudschinsky.

Aceitando-o em português, mas só quando um dos elementos vocálicos é tônico (dois elementos vocálicos átonos criam variação

<sup>1</sup> Na realidade. Rogers parece negar em princípio a existência fonêmica do ditongo em português.

livre), podemos enumerar 11 ditongos decrescentes e um, muito res-  
trito, crescente.

#### Ditongos decrescentes:

/a<sup>i</sup>/: *pai*;  
/a<sup>u</sup>/: *pau*;  
/è<sup>i</sup>/: *papéis* (só diante de /S/);  
/è<sup>i</sup>/: *lei*;  
/i<sup>u</sup>/: *riu*;  
/ò<sup>i</sup>/: *mói*;  
/ò<sup>i</sup>/: *boi* (cf. o par opositivo *boi* «o quadrúpede ruminante»: *bói*  
«môço de recados» por empréstimo ao inglês);  
/ò<sup>u</sup>/, monotongado no registro informal em /ô/: *vou*;<sup>2</sup>  
/u<sup>i</sup>/: *fui*.

Com a vocalização do /l/ posvocálico ([l<sub>1</sub>]), temos um duodécimo  
ditongo —

/ò<sup>u</sup>/: *sol*, pronunciado /sò<sup>u</sup>/.

#### Ditongo crescente:

A vogal assilábica /u/ depois de plosiva labial diante de vogal si-  
lábica:

/(k,g)<sup>u</sup>(a,è,ê,i,ò,ô)/, como em *qual* (cf. o par opositivo *quais* /k<sup>u</sup>a<sup>i</sup>s/  
*coais*, do verbo *coar* /kua<sup>i</sup>s/, onde um ditongo crescente e um de-  
crescente com uma única vogal silábica produz o que se chama um  
«tritongo», tradicionalmente em português).

**26** Restam dois problemas muito importantes para a fixação das  
estruturas silábicas portuguesas.

O primeiro se refere aos vocábulos, diacrônicamente de origem  
«erudita» (isto é, introduzidos através da língua escrita, a partir do  
séc. XV, como empréstimos ao latim clássico). São os de tipo —  
*compacto*, *apto*, *ritmo*, *afta*, e assim por diante. Aí aparece na gra-  
fia uma plosiva ou uma fricativa labial imediatamente seguida de  
uma plosiva, uma fricativa labial ou uma nasal, sendo ambas as  
consoantes pronunciadas, às vezes até em pares distintivos como  
em *pacto* «acôrdo»: *pato* «ave».

A gramática tradicional e mesmo a fonética rigorosa de Gon-  
çalves Viana vêem na primeira consoante uma consoante decrescen-  
te e a fronteira silábica entre elas. Em outros termos, consideram  
aí mais um caso de sílaba travada em português. Em 1948, ao

<sup>2</sup>Ou mesmo no registro formal, como nas rimas *vou* e *avô*, de Manuel Bandeira,  
ou *Mirabeau* e *tocou* em Castro Alves (Camara 1953, 138).

contrário (Camara 1953, 111), alvitrei que se tratava de um gru-  
po consonântico crescente, sendo a vogal a êles precedente o centro  
de uma sílaba livre (isto é: *com-pa-cto*, *a-pto*, *ri-tmo*, *a-fta*, ou  
*pa-cto* oposto a *pato*). Bem mais tarde, Moraes Barbosa adotou a  
mesma interpretação para o português europeu (Barbosa 1965, 211).  
Os adeptos da primeira teoria, em verdade, esquecem que existem  
grupos dêses iniciais de vocábulos, como em *ptose*, *pneumático*,  
*psicologia*, *tmese* etc., como aleguei em 1948. Nenhuma diferença  
articulatória ou auditiva há nesses grupos numa e noutra posição.

Hoje, entretanto, parece-me a correta outra solução, desenvol-  
vida num artigo ainda inédito.<sup>3</sup> Na realidade há entre uma e ou-  
tra consoante a intercalação de uma vogal, que não parece poder  
ser fonemicamente desprezada, apesar da tendência a reduzir a sua  
emissão no registro formal da língua culta. Ela é /i/ na área do  
Rio de Janeiro e /e/ ([a] neutro em Portugal). E não pode ser  
desprezada por dois motivos.

Em primeiro lugar, quando a primeira consoante vem depois  
de sílaba tônica, a sua redução não é menor do que a que sofre  
a vogal postônica /i/, não-final, dos proparoxítonos. Um vocábulo  
como *rapto* só se distingue de *rápido* pelo caráter surdo e sonoro,  
respectivamente, da última consoante, e, não, pela redução da pro-  
lação menos ou mais reduzida do /i/ penúltimo átomo. Em segun-  
do lugar, mesmo quando pretônico, a redução do /i/ é precária e  
incoerente. Um nome próprio como *Djalma*, bastante generalizado  
entre nós, é conscientemente pronunciado /diz'alma/, e na própria  
métrica, onde a convenção é não contar aí uma sílaba separada,  
entre os nossos melhores poetas essa contagem freqüentemente se  
faz, como já observou Sousa da Silveira (Silveira 1937, 352). Na  
verdade, a redução do /i/ pretônico neste caso é muito lábil, mes-  
mo no registro mais formalizado. Mesmo aí, uma conjugação *ritmo*,  
*ritmas*, *ritma*, para o verbo *ritmar*, logo se afigura artificial e pe-  
dante. Aceita-se sem maior estranheza *ritimo*, *ritimas*, *ritima*, de  
acôrdo com a regra geral morfológica que opõe a forma verbal  
paroxítona ao nome de verbal proparoxítono (no exemplo específico  
*ritmo*).<sup>4</sup>

O argumento de Robert Hall, que me impressionou em 1948 (Ca-  
mara 1953, 112), no sentido de que com essa interpretação fica-  
riam acentuados na quarta última vocábulos como *técnica* e *áptero*,  
hoje não me parece nada convincente. Há vocábulos em português  
acentuados na quarta última (verbos proparoxítonos com pronome  
enclítico, como *falávamos-te*) e, de qualquer maneira, só cabe ad-

<sup>3</sup>“Muta cum muta in Portuguese?”. numa *Miscelânea* em homenagem a André Mar-  
tinet, organizada nos Estados Unidos da América por Alphonse Julliland.

<sup>4</sup>Entretanto, o normal é *rapto*, *raptas*, etc., /ra'pito/, /ra'pitas/ etc., para *raptar*, por-  
que a vogal da raiz é muito diferente do /i/ intercalado para perder o seu status.

mitir que com êsses vocábulos de origem diacrônica erudita ficou alterada a pauta acentual tradicional da língua portuguesa (oxítonos, paroxítonos e proparoxítonos, apenas).<sup>6</sup>

Quando a consoante aparentemente posvocálica está em posição final de vocábulo, é pacífica a admissão de uma vogal formando nova sílaba (/i/ na área do Rio de Janeiro, /e/ numa ou noutra área brasileira e [o] neutro em Portugal). Por isso, o poeta carioca Raul de Leoni, parnasiano, rima *Liliput* com *lufe* (Camara 1953, 149), e o poeta português Guerra Junqueiro conta a onomatopéia *toc-toc-toc* com 6 sílabas para fazer um verso de 11 sílabas métricas: «*Toc-toc-toc, como se espaneja / Lindo o jumentinho pela estrada chã!*» (*Os Simples*, parceria Antônio Maria Pereira, Lisboa 1924, 25). Até a ortografia oficial «aportuguesa» *club* para *clube*, *snob* para *esnobe* etc. Há apenas, depois de consoante surda, a possibilidade de uma vogal alofônica surda (isto é, sem vibração das cordas vocais), o que a torna quase inaudível.

27 Já vimos que, além da sílaba travada por /l/, /r/ e /S/, há em português um quarto tipo de vogal travada, em virtude da interpretação que aqui se propôs para a chamada «vogal nasal». Segundo essa interpretação, é uma vogal travada por um elemento nasal. Trata-se, como para /S/, de um arquifonema /N/, que se realiza como /m/ diante de consoante labial na sílaba seguinte, como /n/ diante de consoante anterior nas mesmas condições e como um alofone [ñ] posterior diante de vogal posterior: *campo*, *lenda*, *sangue*. Isto, ou seja, a existência fonética de um elemento consonântico nasal nessas condições foi observado desde Gonçalves Viana para «a pronúncia normal portuguesa» e é extensiva, sem a menor dúvida, ao Brasil (Camara 1953, 90). Morais Barbosa repete recentemente a observação de Gonçalves Viana, estendendo-a ao caso de vogal nasal seguida de sibilante e comprovando-a com a fonética experimental (Barbosa 1965, 86). Diante de pausa pode-se dizer que o elemento consonântico nasal se esvai, ou, em termos fonológicos, se reduz à zero, tornando-se então distintiva a nasalidade que, em consequência dêle, envolve a vogal. Mas, no português do Brasil, pelo menos, sabemos, desde um artigo pioneiro de Oskar Nobiling, baseado na pronúncia de São Paulo, que subsiste o elemento nasal consonântico posvocálico diante de pausa (Nobiling 1904). Esse elemento costuma ser interpretado como o de uma ditongação, que tem sido especialmente posta em relêvo para /eN/ final, enten-

<sup>6</sup> Hall deve ter sido influenciado em suas conclusões pela sua informante, uma professora espirito-santense, que parece ter adotado nas sessões de registro uma pronúncia altamente artificial, elidindo anormalmente o mais possível a vogal intercalada.

dido como um ditongo nasal ([bēi]). Ora, a semivogal é para Nobiling a consoante /n,/,

O único argumento contra a existência fonética da consoante nasal e a consequência da presença fonológica de um arquifonema nasal /N/, a rigor, é que na vogal nasal portuguesa nós «sentimos» a nasalidade que envolve a vogal e «não sentimos» o elemento consonântico posvocálico imediatamente seguinte. É um argumento de ordem psicológica e não de ordem estrutural. Ora, a lingüística moderna, e dentro dela a fonêmica ou fonologia, põe de lado essa espécie de fundamentação, que faz apêlo ao «sentimento» do falante. Cabe aqui a advertência de Hjelmslev no sentido de que a língua é uma estrutura, de que falantes podem ter uma compreensão inexata ou deficiente (Hjelmslev 1935, 88).

A nasalidade pura da vogal não existe, aliás, fonologicamente, porque por meio dela não se cria oposição em português entre vogal pura envolvida de nasalidade e vogal seguida de consoante nasal posvocálica. A nossa situação, neste particular, é diversa do francês, onde uma vogal puramente nasal como em /bõ/, escrito *bon*, se opõe ao feminino /bon/, escrito *bonne*.

Em face de tudo isso, é preferível partir do arquifonema nasal /N/ como o fato estrutural básico, que acarreta, como traço acompanhante, a ressonância nasal da vogal.

É, com efeito, a melhor doutrina gramatical no assunto. Oferece melhor adequação com outros fatos a êle referentes.

Em primeiro lugar, a sílaba com a vogal dita «nasal» se comporta como sílaba travada por consoante. Prova-o a repugnância à crase. Em Portugal, onde é a regra a elisão da vogal final diante de outra vogal no vocábulo seguinte (*grand'amor* etc.) são fenômenos que «em regra não são atestados entre duas vogais, cuja primeira é nasal, em *lã azul* por exemplo» (Barbosa 1965, 93), ou em *jovem amigo*, *bom homem* e assim por diante. Em segundo lugar, depois de vogal nasal só se realiza um /r/ forte e nunca o /r'/brando próprio exclusivamente da posição intervocálica. Isto, que eu disse desde 1948, é repetido com outras palavras por Morais Barbosa, comentando a pronúncia obrigatória de *genro*, *honra* etc. (Barbosa 1965, 92). Finalmente, no interior de vocábulo, não há em português vogal nasal em hiato. Ou a nasalidade que envolve a vogal desaparece, como em *boa*, em face de *bom*, ou o elemento consonântico nasal se desloca para a sílaba seguinte, como em *valentona*, em face de *valentão* (teoricamente \*/valeNtoN/) ou no pronome *nenhum*, em face da locução *nem um*. Assim, não haver vo-

gal «nasal» em hiato, dentro de um vocábulo, equivale a dizer que o arquifonema nasal, se subsiste, se comporta como qualquer consoante nasal intervocálica: pertence à sílaba seguinte (*uma*, e não *um-a*, como *a-sa*, *a-ço*, *a-la*, *a-ra* etc.).

Finalmente, é importante repetir aqui que há outro tipo de vogal nasal determinado pela assimilação à consoante nasal da sílaba seguinte. Aí, como já ressaltamos, não há oposição distintiva, para *cama* por exemplo, nas duas pronúncias possíveis [kama] e [kãma]. Tanto vale dizer que a nasalização vocálica, ou ressonância nasal na emissão da vogal, não é em português um fato fonológico ou fonêmico. O que dá *status* fonológico às oposições *mito:mito*, *junta:juta*, etc., deve ser, portanto, outro traço que não a mera ressonância nasal da vogal. E' justamente o travamento por um elemento consonântico nasal, como há vogais travadas por /S/, /i/ e /r/. Há até oposição entre vogal nasal, porque fechada por consoante nasal, e vogal com emissão nasal, simplesmente, como acontece com *sem mana* e *semana* (quando emitido [sẽmana]).

Uma conseqüência muito importante é que o ditongo «nasal» também se passa a analisar como ditongo mais arquifonema nasal. Isto é: -ãe, -ãõ, -õe e -ui /uiN/ (como em *muito* ou em *ruim*, com /i/ assilábico, em contraste com *rum*) decorre respectivamente de -ai, -au, ôi, -ui seguidos de travamento nasal. Não se confundem fonologicamente, portanto, com a realização da vogal nasal ditongada diante de pausa, a que foi feita há pouco referência. Fonemicamente, não existe um ditongo nasal [ẽi], citado freqüentemente nas nossas gramáticas modernas, que querem exhibir apuro fonético fora de propósito, diante de vocábulos como *bem*. E' que neste caso não há oposição distintiva com a ausência do /i/ assilábico como em *mãe* e (*ir*)*mã*, da mesma sorte que existem -ã sem /u/ assilábico (*mãe:mãõ*: (*ir*)*mã*) ou -õ e -ũ sem /i/ assilábico (*pom-*)*põe*, *rum:ruim*).

28 Ainda uma consideração final sobre a estrutura da sílaba em português.

Há em nossa língua o fenômeno da «ligação» (fr. *liaison*)<sup>4</sup> entre a sílaba final travada de um vocábulo e a vogal inicial de um vocábulo, que a êle se segue sem pausa (substantivo com seu adjetivo, verbo com um seu complemento etc.).

<sup>4</sup> Em francês, o fenômeno é um tanto diferente, porque a consoante posvocálica não existe na língua oral, ou, em outros termos, só existe na forma teórica: *mauvais* /movê/ (teoricamente\* /movêz'/), dando *mauvais poète* /movê'poète/, mas /movêzotor/ *mauvais auteur*.

Ora, neste caso a consoante posvocálica se liga à vogal imediatamente seguinte e a sílaba final, que era travada, fica uma sílaba livre, ao mesmo tempo que a sílaba seguinte ganha uma consoante prevocálica ou crescente (*mar alto* fica /ma-ral-to/, *falas hoje* fica /fa-la-zo-z'i/).<sup>7</sup> Por isso, vimos que *nem um* fica /ne-n'uN/, como *vim aqui* fica /vi-n,a-ki/. Ou, em outros termos, não há o que os descritivistas norte-americanos, discípulos de Bloomfield, chamaram a «juntura» (ou delimitação) entre um vocábulo e outro.

<sup>7</sup> Note-se que o arquifonema /S/ se realiza então como /z/, quando em princípio em posição prevocálica podia se ter /s/, /s'/ ou /z'/. Por isso, propus recentemente que se interpretasse o arquifonema não como /S/, mas como /z/ com os traços sibilante e sonoro, anulados em posição posvocálica (Câmara 1969).